

**ATA DO II ENCONTRO DAS EQUIPES PEDAGÓGICAS DO IFPA – 2017
E DO II FÓRUM DOS COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DO IFPA**

Data: 25 de maio de 2017.

Local: Mini-auditório da Biblioteca do IFPA Campus Belém.

01 Aos dias vinte e cinco de maio de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta e nove
02 minutos, foi dado início ao II Encontro das Equipes Pedagógicas do IFPA no ano de dois mil e
03 dezessete, no mini-auditório da Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e
04 Tecnologia do Pará - Campus Belém. O encontro teve início com uma saudação da Pró-
05 Reitora de Ensino, Elinilze Guedes Teodoro, tanto aos membros das equipes pedagógicas
06 presentes quanto aos que estavam acompanhando o evento via transmissão ao vivo. Falou
07 sobre a tarefa que foi passada às equipes no último encontro, com uma proposta de
08 discussão da reforma do Ensino Médio nos campi. Enfatizou a necessidade das equipes
09 pedagógicas conhecerem a Lei e realizar as discussões em seus campi. Sete campi
10 encaminharam as sistematizações dos primeiros debates sobre a temática feito no âmbito do
11 campus: Breves, Bragança, Óbidos, Tucuruí, Ananindeua, Marabá Rural e Vigia. Chamou a
12 atenção para a necessidade de os demais onze campi iniciarem o quanto antes o debate. Deu
13 destaque aos principais pontos apontados pelos campi em cada eixo da proposta de
14 discussão apresentada pela PROEN. Em relação ao eixo 1, sobre o financiamento do Ensino
15 Médio, destacou a questão da infraestrutura dos campi para a garantia dos cursos em
16 formato integral, considerando dificuldades enfrentadas por algumas unidades nesse
17 aspecto. Em relação ao segundo eixo, sobre a organização e integração curricular, destacou
18 o cuidado em não dar demasiada importância a determinados campos do saber, em
19 detrimento de outros, uma vez que apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática
20 estavam postas como obrigatórias ao longo do Ensino Médio, enquanto disciplinas como
21 História, Geografia, Sociologia, Artes e Filosofia não seriam obrigatórias. Alguns campi
22 apresentaram proposição de garantir a obrigatoriedade de alguns desses componentes
23 curriculares. Ressaltou que a Base Nacional Comum deveria estar sendo publicada por volta
24 do meio do ano de dois mil e dezessete, mas que dado a conjunta política nacional não havia
25 previsão de quando o seria. Também ressaltou as preocupações evidenciadas com a previsão
26 do reconhecimento do notório saber, pelo temor de que houvesse retrocesso a todos os
27 avanços obtidos pelas legislações educacionais, considerando a importância de se garantir a
28 capacitação profissional do professor para exercício da docência. Enfatizou a necessidade de
29 resistirmos aos retrocessos trazidos pela reforma do Ensino Médio, que era omissa a muitas
30 questões estruturais, como a valorização dos docentes, e encontrarmos alternativas possíveis
31 e mais próximas de nossas concepções e realidades quando da implementação da reforma.
32 Ressaltou a importância das conferências municipais e estaduais de educação, para
33 pressionar pela realização da conferência nacional, uma vez que o Fórum Nacional de
34 Educação foi dissolvido por ato da presidência. E ressaltou a importância dos campi do
35 IFPA ocuparem os espaços nas conferências, para defender nossos princípios. Elinilze

36 passou então à pauta seguinte, sobre a proposta para formação continuada de professores.
37 Falou sobre a experiência que tem sido vivenciada no IFPA por meio de curso de
38 especialização. E apresentação uma proposta para composição de um processo de formação
39 continuada para os docentes do IFPA. O referido documento foi entregue aos participantes.
40 Mostrou um roteiro para se realizar essas discussões no campus. Falou sobre a importância
41 do mapeamento dos professores que necessitam de formação pedagógica nos campi e a
42 necessidade do planejamento de um programa formativo ao longo do calendário letivo.
43 Abriu espaço para troca de ideias entre os participantes. Robson, coordenador pedagógico
44 do Campus Bragança, relatou as experiências vivenciadas em seu campus e questionou
45 como poderíamos criar espaços de socialização de experiências exitosas. Ivone, Técnica em
46 Assuntos Educacionais do Campus Conceição do Araguaia falou sobre as ações que vem
47 sendo desenvolvidas pela equipe pedagógica de seu campus, quanto ao mapeamento de
48 situações para atendimento aos professores e às turmas. Falou sobre as resistências
49 enfrentadas no tocante ao trabalho de supervisão. Adriana Porto, pedagoga do Campus
50 Belém, falou sobre o plano de trabalho realizado no campus, ressaltando que a equipe
51 pedagógica é pequena frente à dimensão do campus, sendo que as atividades empreendidas
52 junto ao corpo docente ainda não conseguiam contar com a participação de cinquenta por
53 cento dos professores. Falou sobre a sobrecarga das equipes pedagógicas com diversas
54 atividades que são demandadas nos campi, o que ocasionava a falta de tempo para a
55 realização do papel previsto na resolução que normativa as atribuições das equipes
56 pedagógicas. Elinilze Teodoro falou sobre a importância de buscarmos metodologias
57 interessantes para se realizar o trabalho de acompanhamento ao corpo docente. Respondeu
58 que as ações da equipe pedagógica precisam do respaldo institucional, sendo necessário que
59 os docentes sejam sensibilizados para a importância do trabalho de supervisão pedagógica.
60 Ressaltou que as equipes pedagógicas são pequenas e acumulam muitas funções, sendo que
61 a Pró-Reitoria de Ensino estava construindo uma proposta de fluxo de organização do
62 atendimento que concentre o atendimento aos discentes no Setor de Assistência Estudantil,
63 liberando os membros das equipes pedagógicas para outras atividades. Foi feito um
64 intervalo para lanche. Retornando à pauta, às onze horas e vinte minutos, Edivaldo Moura,
65 Chefe do Departamento de Educação Superior, deu boas vindas aos coordenadores de
66 graduação que haviam chegado e falou que a continuidade do II Encontro das Equipes
67 Pedagógicas teria prosseguimento junto com o início do II Fórum dos Coordenadores de
68 Graduação, estando os dois públicos reunidos para a pauta sobre curricularização da
69 extensão. Selma Silva, chefe do departamento de assistência estudantil e ações inclusivas da
70 PROEN deu informes, que dia 16 e 17/05 fez encontro da assistência estudantil, e disse que
71 o modulo no SIGAA de assistência estudantil já está funcionando, tem aba para
72 acompanhamento do discente, outro informe sobre o acompanhamento da assistência
73 estudantil, criou um instrumental que disponibilizara no site para que o acompanhamento da
74 assistência parta deste instrumental, conta com o apoio das equipes pedagógicas no trabalho
75 da assistência estudantil. Retomando a pauta, Edivaldo se apresentou e apresentou a
76 professora Suezilde da PROEX, como membros da comissão da política de curricularização
77 da extensão do IFPA. Fez um breve relato sobre o início da discussão da curricularização da
78 extensão no IFPA, que iniciou com o curso de coordenadores de curso em 2016. A base para
79 a curricularização vem do cumprimento de uma meta do PNE 2014-2024, em que, no
80 mínimo, 10% de atividades extensionistas sejam previstas nos cursos, que já será cobrado
81 pelo INEP nos momentos de avaliação *in loco*. Iniciou a apresentação em power point, no
82 instituto vivenciamos quatro dimensões (ensino, pesquisa, extensão e inovação), apresentou
83 a base legal da curricularização (Constituição Federal, Lei nº 9394/96, Lei nº 11.892/2008 e
84 PNE 2014-2024). Apresentou a missão e visão do IFPA previstas no PDI 2014-2018, bem
85 como alguns objetivos, metas, indicadores e previsões neste. O PDI foi atualizado e está em

86 via de ser aprovado pelo CONSUP. O momento agora é de discussão da curricularização da
87 extensão, de que forma visualizar nos PPCS, e que alguns já vieram com essa informação
88 por orientação da PROEN. A discussão da curricularização da extensão no IFPA iniciou na
89 capacitação de coordenadores de curso, seguiu no plano apresentado no I encontro integrado
90 ensino, pesquisa e extensão, passou pela revisão do plano de curricularização e criação da
91 comissão de elaboração da política. Professora Suezilde apresentou as etapas do plano de
92 curricularização de extensão no IFPA, que na comissão tem representantes das pró-reitorias
93 de ensino, pesquisa, extensão e representantes das câmaras técnicas. A fase 1 é
94 sensibilização ao processo de curricularização da extensão. Na fase 1, estão nas reuniões e
95 fóruns para apresentação e debate sobre a curricularização da extensão. A fase dois é a
96 aprovação da política de curricularização de extensão no IFPA e publicação da resolução
97 pelo CONSUP com validade de dois anos. Fase três é a implementação, acompanhamento e
98 avaliação da política de curricularização da extensão no IFPA, com a implementação das
99 atividades curriculares de extensão nos cursos de ensino superior do IFPA, haverá visitas de
101 acompanhamento à efetivação das atividades de extensão nos currículos de cursos
102 superiores nos dois períodos letivos de 2018 e produção acadêmica científica e artísticas das
103 experiências vivenciadas. Fase quatro é a socialização das experiências e revisão dos PPCS
104 dos cursos e da política de curricularização da extensão do IFPA. Fase cinco divulgação das
105 experiências, com realização de um evento com as experiências exitosas, e com
106 apresentação das experiências na REDITEC e outros eventos acadêmicos, e publicação de
107 livro com as experiências exitosas. Edivaldo novamente com a palavra, falou que trata de
108 uma minuta, que o processo não deve ser aligeirado, mas com cuidado, que os cursos
109 superiores acabaram de passar por uma reforma curricular, primeiro vamos vivenciar as
110 experiências da curricularização e aí sim materializar nos PPCs. Foi apresentada a minuta
111 das diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de
112 graduação do IFPA. Professor Daniel Palheta (Coordenador Física, Licenciatura, Campus
113 Belém) questionou que a competência do NDE de atualizar o PPC, que Edivaldo reforçou
114 que é sim do NDE, mas com apoio, diretrizes das pró-reitorias envolvidas na política da
115 curricularização da extensão no IFPA. A metodologia das contribuições à minuta foi leitura
116 por capítulos e ao final a contribuição dos inscritos. Edivaldo iniciou a leitura da minuta.
117 Aberta às considerações. Professor Pascoal (Coordenador de Tecnologia em
118 Telecomunicações, Campus Belém), dúvida se há alguma prioridade quanto ao atendimento
119 da comunidade interna e externa, artigo 1º. Perguntou também sobre orçamento para
120 cumprir essa política, pois há impacto financeiro, se um curso tem interesse em fazer
121 trabalho em uma comunidade fora, como ficará orçamento para cumprir tal atividade
122 obrigatória. Professor Abel (Coordenador de Tecnologia em Gestão Ambiental, Campus
123 Bragança), dúvida quanto artigo 6º, se podem ser eleitas disciplinas específicas para
124 trabalhar a extensão, que tenha carga horária específica para tal, não pulverizar igualmente a
125 extensão para todas. Professor Laércio (Representante da Engenharia de Materiais, Campus
126 Belém) sugestão no artigo 5º, sobre regulamentação específica do projeto integrador,
127 complementar o texto, conforme deliberação de regulamentação específica se do campus se
128 da reitoria, quem fará a regulamentação. Professor Daniel (Coordenador de Física,
129 Licenciatura, Campus Belém), atualizou o PPC e já previu na sua atualização as atividades
130 de extensão. Também, se preocupa com a questão de financiamento destas atividades, que
131 no seu PPC já previu várias atividades e até extrapolou o mínimo de 10%, se os PPCs já
132 aprovados nesta forma não seriam referência para este trabalho que está sendo iniciado
133 agora pela comissão da política de curricularização da extensão no IFPA. Respostas do
134 Edivaldo: as atividades de extensão não devem ser além, elas devem estar intrínsecas nas
135 disciplinas, existe orçamento, mas com planejamento, que tem um fluxo do PPC aprovado,
136 no PPC deve descrever quais trabalharão atividades de extensão, com previsão nas ementas,

137 colegiado aprova, tem registro previsto no fluxo. Muitas das atividades já são desenvolvidas
138 pelos cursos, só não estão no papel ainda. A PROEN já cobrou a inserção do tópico nos
139 PPCs, por enquanto não nas matrizes por ainda não termos a política institucionalizada, mas
140 já previstos no corpo do texto do PPC. Adriana Porto (Campus Belém) disse que cada
141 campus tem sua área de abrangência previsto em portaria do IFPA e os cursos atendem sua
142 demanda de área de abrangência. Professor Pascoal (Campus Belém) citou área do Marajó
143 que é área de abrangência do Campus Belém e que o atendimento é de público interno e
144 público externo. Edivaldo enfatiza a necessidade de planejamento de cada campus, que
145 entendamos que a extensão se desenvolve como retorno à comunidade em que você faz
146 parte, uma contrapartida à sociedade. Sobre a regulamentação do projeto integrador, ela é do
147 IFPA e não do campus. Seguiu a leitura da minuta. Professor Tiago (Coordenador do Curso
148 de Agronomia, Campus Castanhal) pergunta se extensão rural poderia ser considerada como
149 extensão e Edivaldo respondeu que certamente a maior parte da carga horária dessa
150 disciplina poderia ser utilizada para atividades extensionistas. Foi deliberada uma parada e
151 retorno da leitura e discussão no período da tarde, às 14 horas. No período da tarde, às 14
152 horas, foi retomada a leitura e discussão da minuta da política de curricularização da
153 extensão no IFPA. Professor Daniel (Campus Belém) sobre o artigo 11, como fica o
154 seminário integrador, não deveria constar? Edivaldo disse que já está contemplado em artigo
155 anterior. Professor Abel (Campus Bragança) no artigo 15, inciso III, sugere que as atividades
156 de extensão não possam ser contabilizadas, também, como estágio, e sobre a participação de
157 alunos em projeto de extensão, se todos os alunos deverão estar envolvidos juntos na
158 atividade, cada um pode trabalhar a extensão de uma forma ou todos ao mesmo tempo farão
159 “práticas curriculares em sociedade”. Robson (Campus Bragança) sobre a parte operacional,
160 se o professor aprova um projeto, por exemplo, com financiamento em edital interno ou
161 externo, mas que não contempla todos os estudantes, como fazer isso em nível de sistema,
162 terá um professor cadastrado no SIGAA para as “práticas curriculares em sociedade” ou
163 mais de um, pergunta, também, como um campus pode obter recursos, por exemplo, a partir
164 de incubadoras, e, última dúvida, a participação em projeto pode ser com mais de um
165 professor? Professor Fábio (Campus Bragança) sobre o artigo 10, pergunta se não é muita
166 burocracia e tempo o projeto passar por tantos setores para aprovação? Sugere que a
167 tramitação seja via SIGAA, otimizando o tempo. Sobre o artigo 13, existem projetos de
168 extensão que são feitos via editais publicados pela PROEX e pelos próprios campi, já que a
169 participação em editais da PROEX não passam por toda a tramitação do artigo 10. Sobre o
170 PIT, se editais da PROEX e dos campi poderiam estar cadastrados no SIGAA para otimizar.
171 Professor Edinaldo (Campus Bragança) os componentes curriculares específicos entram na
172 carga horária do curso? Edivaldo foi às respostas: respondeu que o componente entra sim na
173 carga horária mínima do curso. Sobre o projeto integrador, entra sim no contexto da
174 extensão. Foi definido que as atividades complementares não podem ser confundidas com as
175 “práticas curriculares em sociedade”, pois são muito próximas, já o estágio não se confunde
176 com extensão e nem com atividades complementares, conforme definições apresentadas na
177 minuta da política. Professor Daniel (Campus Belém) não sabe onde está escrito da
178 regularidade da reunião de colegiado de curso ser mensal, e foi dito que está na resolução do
179 coordenador de curso, e que é importante registrar em ata a participação do docente em
180 extensão porque isso contabiliza no PIT, e, conseqüentemente, reduz carga horária de aula.
181 Prosseguindo com o Edivaldo, sobre fluxo processual, explica que os projetos e programas
182 de extensão são aprovados no âmbito do colegiado e do Setor de Estágio do campus, e
183 encaminhados para a Direção de Ensino e para a Pró-Reitoria de Extensão para fins de
184 cadastro, sendo importante esse fluxo para acompanhamento, para coleta de dados sobre a
185 instituição. Professor Fábio (Campus Bragança) sugere que o processo comece no SIGAA e
186 tramite lá, facilitando inclusive o registro. Sobre o projeto ser aprovado e não ser para a

187 turma toda, existem projetos sim que são para um grupo de alunos, as “práticas curriculares
188 em sociedade” não necessariamente precisam ser feitas por todos simultaneamente, se
189 assemelha às atividades complementares. Seguindo a leitura para mais uma abertura de
190 discussão, Professor Tiago (Campus Castanhal), é bom definir uma data exata para o
191 campus enviar o PPC à PROEN. Professora Mary Lucy (Curso Tecnologia em Saneamento
192 Ambiental, Campus Belém), a discussão é muito importante, parabeniza a PROEN e
193 PROEX pela condução, com relação às atividades de extensão, por qual motivo as
194 atividades de extensão previstas na política de extensão do IFPA (Resolução nº 174/2017-
195 CONSUP) não estão contempladas no artigo 9º? Edivaldo disse que vai levar o
196 questionamento para a comissão e verificar o fato. Elaine Wanzeler (Campus Belém) no
197 artigo 18 sobre cálculo, exemplo, nas licenciaturas que a lei trata de 200h de atividades
198 complementares, essa conta não fecha. Edivaldo disse que a sugestão para o ano de 2018,
199 quando se iniciam as experiências de curricularização da extensão, mas essa carga horária
200 ainda não estará prevista nas matrizes curriculares, as atividades de extensão podem
201 ser computadas como atividades complementares ou disciplinas eletivas. Robson (Campus
202 Bragança) no artigo 18, o curso ainda não está prevendo, mas precisa iniciar experiência
203 extensionista e até o prazo de 31/08/2020 o PPC deve estar cumprindo a resolução por
204 completo, e que seja observado o prazo, também, de reformulação dos PPCs considerando a
205 reforma do ensino médio. Edivaldo disse que existem prazos por força de lei que não há
206 como prever. Professora Regina (Campus Castanhal) sobre prazo de reformulação de PPCs,
207 cabe a todos, inclusive cursos novos? Edivaldo disse que o prazo é para 2019, iniciando o
208 processo em 2020, e todos passarão pela reformulação. Edivaldo concluiu a discussão da
209 minuta da política da curricularização da extensão, e pediu que os coordenadores sejam
210 multiplicadores desta discussão nos campi, explicar da importância desta aproximação com
211 a sociedade civil, movimentos sociais, etc, sendo um assunto de grande relevância, que deve
212 ser também conversado com os alunos. A minuta será colocada em consulta pública, para
213 consolidar o documento de forma participativa. Professor Daniel (Campus Belém) pergunta
214 sobre quando a minuta atualizada será encaminhada aos coordenadores, para que eles
215 socializem com a comunidade acadêmica, e Edivaldo disse que esta minuta apresentada já
216 pode ser socializada e o diálogo iniciado, pois é documento em constante atualização.
217 Edivaldo registrou que foi encaminhado e-mail a todos os coordenadores com convite para
218 participar das comunidades virtuais no SIGAA, uma do Fórum das Licenciaturas e outra do
219 Fórum das Tecnologias e Bacharelados. O ambiente virtual dá mais interação entre as
220 pessoas. Passou-se à próxima pauta, sobre o ENADE, com uma apresentação pelo Diretor
221 de Avaliação Institucional do IFPA, Tiago Oliveira. Apresentou o embasamento legal do
222 ENADE, Lei nº 10.861/2004 (Lei do SINAES), explicando que não tem como ter qualidade
223 dos serviços prestados sem passar pelo processo de avaliação, e o SINAES vem nesse
224 sentido. Apresentou os componentes principais e instrumentos de avaliação (Estudantes
225 ENADE e Cursos (CC/CPC e CE). Apresentou a relação entre os indicadores de qualidade.
226 O ENADE é o principal subsídio para o cálculo dos demais indicadores de qualidade da
227 IES. Apresentou como se compõe o CPC, com as dimensões, os componentes e pesos. 70%
228 da avaliação de um curso (CPC) depende do aluno, por meio do ENADE, à instituição cabe
229 apenas 30%. O aluno pode apenas comparecer na prova do ENADE, não responder nada,
230 mas esse comportamento causa impactos no cálculo final da avaliação de um curso.
231 Apresentou os parâmetros de conversão do valor contínuo CPC em faixa. Falou sobre o
232 IGC, apresentou o histórico do IGC do IFPA. A apresentação objetivou mostrar a
233 importância das coordenações de cursos e docentes na avaliação da instituição e dos cursos,
234 para que aumentemos o IGC, precisamos melhorar o ENADE. Edivaldo com a palavra, os
235 índices às vezes são confusos, mas o tema avaliação é importante, e é necessário dar
236 importância ao ENADE e ao CENSUP, pois dados do CENSUP serve na base dos cálculos,

237 e o IFPA poderia estar melhor, pois temos professores com doutorado, em tempo integral,
238 garantir os 30% que são da instituição, os dados precisam estar corretos e atualizados, é
239 interessante que o coordenador de curso observe os dados do CENSUP junto com os
240 auxiliares institucionais para que estejam fiéis. Por conta de IGC o IFPA passou por
241 processo de supervisão e inclusive suspendeu oferta de vagas, com a perda de autonomia o
242 IFPA não pode mais ofertar turmas do PARFOR, pois os editais da CAPES não permitem. O
243 IGC do IFPA estava em nota 2, e subiu para 3 em 2014 e 2015, e com a retomada da
244 autonomia institucional a expansão da oferta de cursos superiores de graduação cresceu,
245 havendo previsão que apenas dois campi do IFPA não ofertarão cursos superiores de
246 graduação em 2018. Tiago com a palavra, perguntou se há coordenadores que já passaram
247 pela experiência de visita in loco do INEP, e muitos dos presentes disseram sim, e que pela
248 Portaria 40/2007, existem alguns casos em que se dispensa a visita *in loco*, a partir de
249 critérios estabelecidos pelo INEP, pelos quais se prevê que quando o CPC do curso é
250 satisfatório, acima de 3, a visita in loco pode se dispensada. Professora Jaqueline (Campus
251 Belém) disse que desde 2011 o curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental não passa
252 pelo ENADE, Edivaldo disse que nem todos os cursos passam por avaliação do ENADE. Se
253 o MEC ainda não abriu processo de renovação de reconhecimento é para ficar
254 despreocupado, pois a abertura do processo de renovação de reconhecimento é de ofício,
255 precisa aguardar o MEC, o que é provocado pela instituição é apenas a abertura de
256 reconhecimento. Professor Jair (Campus Belém) coloca a questão do empenho das
257 coordenações em trabalhar o ENADE, mas que existem outros componentes que não podem
258 ser desconsiderados, exemplo, Letras Belém é o segundo na nota ENADE, pergunta qual
259 critério de parcerias para participação em Minter e Dinter, pois em Letras tem apenas dois
260 doutores, e outro ponto sobre o preenchimento do CENSUP, nas atribuições dos
261 coordenadores de cursos são muitas e muitas vezes é excesso de atribuições que impactam
262 em desenvolvimento de atividades. Edivaldo disse que os coordenadores de curso têm várias
263 atribuições, mas existem outros setores também responsáveis, e que sobre parcerias de
264 Minter e Dinter são de atribuições da PROPPG, mas que levará à PROPPG o
265 questionamento/contribuição. O questionário sócio econômico não é só sócio econômico, é
266 a percepção discente, avaliação do discente, então 30% da avaliação de um curso se deve a
267 essa dimensão. O trabalho do ENADE é ao longo do curso, não somente na prova em si,
268 mas desde seu ingresso, falando da importância dele, pois o aluno pode preencher e
269 prejudicar o curso por até desconhecer a realidade, por isso importante tratar do ENADE
270 desde o início do curso. Roseane Fernandes (Campus Cametá) na época em que estava na
271 CPA, pensaram porque tantas outras instituições conseguem, então viram a importância de
272 se trabalhar o ENADE, já que às vezes o aluno até para prejudicar a instituição preenche
273 com notas baixas, mas não sabe das consequências. Tiago Oliveira (DAI) falou do
274 formulário que foi disponibilizado pela CPA no começo do ano é o mesmo que os
275 avaliadores do MEC respondem, foi apenas adaptado para que pudesse dar a nota da
276 instituição. A CPA está alinhando os documentos conforme orientações do INEP. Que as
277 CPAs dos campi terão uma capacitação no mês de junho/2017. Edivaldo reforçou que o que
278 é avaliado pelo INEP não é o relatório da CPA em si, mas as ações de gestão decorrentes do
279 mesmo. Portanto, não adianta ter relatório e nenhuma ação feita a partir dele. Reforçou que
280 os cursos do IFPA tem condições de receber IGC 4 e que precisamos parar de ter com meta
281 a nota 3, que é apenas satisfatória. Enfatizou que neste ano de 2017 as licenciaturas farão
282 ENADE, bem como as engenharias e cursos do eixo informação e comunicação. Portanto,
283 vários cursos do IFPA fariam ENADE e o bom resultado no Exame consequentemente
284 aumentaria o IGC do IFPA, o que seria excelente para toda a Instituição. Foi realizada uma
285 pausa de 15 minutos. Após o intervalo, foi apresentada a Minuta de uma Instrução
286 Normativa sobre os procedimentos a serem adotados pelo IFPA em relação ao ENADE. Foi

287 proposto que se fizesse a leitura a partir do artigo 10, Dos Procedimentos, uma vez que os
288 artigos anteriores tratavam de definições e diretrizes já expostos na apresentação do Diretor
289 de Avaliação Institucional. Aprovada a proposta, Edivaldo realizou a leitura a partir do
290 referido artigo. Também foi feita a leitura do Anexo I. Professor Abel disse que a minuta é
291 bastante relevante para organização do trabalho no IFPA, disse que coordena o Curso de
292 Tecnologia em Gestão Ambiental, que prestou ENADE em 2016 e apresentou uma sugestão
293 de que fossem unidas as atribuições do Coordenador e do colegiado do curso para uma
294 Comissão ENADE, a fim de não centralizar tantas atribuições na figura do coordenador.
295 Professor Robson de Bragança propôs que se considerasse a distribuições de algumas
296 atribuições previstas para o coordenador do curso, para o NDE ou para a CPA. Sugeriu
297 também sobre o art. 15, III, que, dentre as atribuições da Direção Geral do campus, estivesse
298 a destinar um servidor para secretariar os cursos por ocasião dos processos de avaliação.
299 Professor Laércio da Engenharia de Materiais Campus Belém concordou os colegas que
230 falaram anteriormente, pois acredita que o Coordenador está sobrecarregado. Acredita que
231 os itens devem ser revistos e redistribuídos. Acrescentou que no último item das
232 considerações gerais, questionou o plano de trabalho ter sido direcionado apenas ao ano de
233 2017. Professora Regina reforçou o que foi falado pelos colegas, e disse que não é possível
234 o coordenador do curso trabalhar sozinho. Acrescentou que gostou da ideia da criação da
235 comissão, pois ela é uma forma de distribuir o trabalho, deixando-se de concentrar o
236 trabalho nas mãos do coordenador de curso. Disse que o coordenador tem outras atribuições
237 além dessas. Professor Tiago perguntou se há a necessidade de fazer o plano anualmente,
238 ainda que o curso não faça o ENADE, e o Edivaldo respondeu que a ideia não era apresentar
239 um plano apenas dirigido ao período de avaliação do ENADE, mas a todo o período de
240 execução do curso, buscando permanentemente a melhoria da educação ofertada a partir dos
241 indicadores de qualidade aferidos nos processos de avaliação interna e externa. Disse
242 também que concorda que há muitas atribuições para o coordenador, explicando que a
243 intenção foi didática, por isso o instrumento está sendo debatido, para que se possa apontar
244 suas fragilidades. Assim, disse que foi criado um Fórum Virtual para que possa ser facilitada
245 a interação. Convidou a todos que acessassem e contribuíssem para que as alterações
246 possam ser realizadas. Submeteu a proposta de juntar as atribuições do coordenador de
247 curso e do colegiado para uma Comissão ENADE, que passaria a ser previsto na Instrução
248 Normativa, pelo que todos os presentes concordaram com esta alteração. Sobre o plano ser
249 anual, o Edivaldo informou que a ideia inicial é que se evitasse que o plano fosse feito
250 apenas para realizar a prova, mas que se criasse uma rotina, uma cultura de preparação para
251 o ENADE. Ele apresentou a ideia de que o plano possa ser trienal, e que a partir da
252 publicação dos resultados do ENADE fosse proposto o plano, não havendo mais a
253 necessidade de realizar o plano anualmente. Excepcionalmente, para 2017, somente os
254 cursos que prestarão ENADE deverão apresentar um plano. Assim, Edivaldo disse que vai
255 solicitar aos cursos que vão prestar o exame que realizem o plano. Professor Fábio de
256 Bragança propôs que se fizesse a PROEN reforçasse junto aos diretores gerais a necessidade
257 de se garantir as instalações mínimas das salas das Coordenações de Curso, pois os cursos
258 passarão por avaliação e muitas coordenações de curso não tem estrutura para receber bons
259 resultados nas avaliações. Edivaldo disse que a PROEN já prestava essa orientação aos
260 campi, inclusive no processo de reformulação dos PPCs, por força do que está disposto na
261 Resolução 020/2016-CONSUP. Adalcilena fez um convite ao grupo a participar do Café
262 Pedagógico do curso de Pedagogia do campus Belém, com a presença da Profa. Dra.
263 Ivanilde Apoluceno, referência em Paulo Freire. Por fim, Edivaldo informou que foram
264 publicadas recentemente as Resoluções 211 e 212 do CONSUP. Falou que a 211 trata sobre
265 a constituição do Colegiado de Curso, de forma a tornar o colegiado mais democrático,
266 destacando que o Instrumento de Avaliação do INEP já apresenta um indicador que avalia a

267 participação discente na avaliação e acompanhamento do PPC. A Resolução 212 trata sobre
268 os critérios de eleição de coordenação de curso, que será eleito pelo colegiado, e não mais
269 indicado pelo gestor do campus, além de apresentar as atribuições das coordenações.
270 Informou que o prazo para implementação será de 6 meses a partir do dia 09/05/2017, e que
271 a adaptação deverá ser realizada no prazo. Professor Tiago, do Curso de Agronomia do
272 Campus Castanhal, relata que seu curso possui mais de 30 professores da área específica e
273 fala sobre a dificuldade de reunir um colegiado desse porte, com risco de esvaziamento das
274 reuniões. Edivaldo respondeu, que a maioria dos cursos não tem esse problema, e que em
275 casos particulares a PROEN deverá ser consultada formalmente, para que as alternativas
276 possam ser buscadas. Professor Robson questionou sobre a obrigatoriedade de formação
277 específica na área do curso para assumir a coordenação do curso, o que reduz o número de
278 docentes que poderiam assumir a função. A Professora Regina questionou se a formação
279 *strictu sensu* conta como formação específica. Edivaldo pediu que a dúvida fosse realizado
280 formalmente à PROEN, haja vista a dúvida em torno do que seria a formação específica
281 prevista na resolução. Informou ainda que o Regulamento didático está sendo reformulado,
282 e que vai trazer maiores definições sobre o Colegiado. Edivaldo encerrou o Fórum com os
283 devidos agradecimentos. O encontro foi encerrado às dezessete horas e 37 minutos. Sem
284 mais a declarar, José Edivaldo Moura da Silva, Chefe do Departamento de Ensino Superior
285 da PROEN, Carla Andreza Lopes Amaral Lira, Técnica em Assuntos Educacionais da
286 PROEN, e Juliana Borges de Cantuária, lavram e assinam a presente ata.